



*Município de Bombarral*

## EDI TAL Nº3/2017

-----José Manuel Gonçalves Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Bombarral.-----

-----Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 76.º e 119.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal de Bombarral, na sua reunião ordinária de 15 de fevereiro de 2017, deliberou por unanimidade dar início ao procedimento da 6.ª alteração do Plano Diretor Municipal do Bombarral. No âmbito do mesmo procedimento, foi ainda deliberado dar início ao período de participação previsto no n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação deste aviso no Diário da República, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas. Durante este período, os interessados poderão consultar os elementos aprovados em reunião de Câmara, relativos ao presente procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal do Bombarral, na Secção de Atendimento e Expediente Geral, sita no edifício sede do Município, Praça do Município, 2540-046 Bombarral, durante o horário de expediente, entre as 9.00h e as 16.00h, ou no sítio da Internet do Município do Bombarral em [www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt). Os interessados deverão apresentar as sugestões ou informações mediante exposição dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, devendo nesta constar a identificação e o endereço dos seus autores e a qualidade em que as apresentam.-----

-----Finalmente, foi ainda deliberado dispensar esta alteração do Plano Diretor Municipal do Bombarral do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual.-----

-----Para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo. -----

-----Paços do Município, 23 de fevereiro de 2017-----

O Presidente da Câmara,

José Manuel Gonçalves Vieira

### **Certidão de Afixação**

Certifico que afixei cópia deste edital nos lugares do estilo,  
durante o período de \_\_\_\_\_ dias, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Paços do Município, Bombarral 27/02/2017

O Funcionário,

Gene

- 6.<sup>a</sup> **ALTERAÇÃO AO PDM:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara: "Na sequência do Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 21/2016 e tendo em conta o explanado infra, e tendo também em conta que, apesar das edificações existentes e/ou ampliações ilegais ou previstas foram ou serão entretanto sujeitas a parecer favorável ou parecer favorável condicionado por parte das entidades com tutela regimental sobre as categorias de solo, em sede de Conferências Decisórias, ou ainda que são abrangidas por declaração ministerial de interesse público ao abrigo do artigo 25.º do regime da RAN, é obrigatória a alteração, neste caso, do PDM, para que o seu licenciamento ao abrigo do RJUE seja possível, sem violação do PMOT, apesar de considerar-mos uma contradição/dificultação/burocratização de um processo que parecia querer-se célere. Salienta-se que, caso esta alteração do PDM não seja realizada, as unidades que se encontram nesta situação terão obrigatoriamente que ser encerradas, findo o prazo de 2 anos após a entrada no pedido. Por outro lado, para estas unidades, cuja legalização, regularização e/ou ampliação se pretende viabilizar, foi também declarado o Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. Proponho que esta alteração seja realizada pelos serviços técnicos municipais, com a colaboração de intervenientes de outros setores, prevendo-se um prazo de 6 meses, dependendo da celeridade dos pareceres das entidades que se devem pronunciar. Também que deve ser considerado como objetivo, para além dos três abaixo elencados, o evitar a fuga de empresas, de população ativa, o evitar avultados prejuízos de várias ordens e o minimizar o empobrecimento de um município já muito carenciado. Considera-se igualmente que nos termos abaixo expostos, e tendo em conta que se tratam de entidades com responsabilidade ambiental, poderá ser dispensada a AAE. Proponho ainda que a Câmara Municipal do Bombarral, delibere desencadear o procedimento de elaboração da 6.<sup>a</sup> Alteração ao Plano Diretor Municipal do Bombarral, nos termos constantes da informação dos serviços técnicos, definir o prazo de elaboração supra mencionado, e a abertura de um período de participação pública, pelo prazo mínimo de 15 dias, a publicitar nos termos da lei."





Município de Bombarral

DIVISÃO DE OBRAS, PLANEAMENTO, AMBIENTE E ÁGUAS  
Setor de Planeamento e Gestão Urbanística

Despacho

*À Próxima Reunião da Câmara Municipal.  
2017.01.10 C.M.B.*

Parecer da Coordenadora do SPGU:

**Informação n.º 04/DOPAA/SPGU/PU/2017**

Na sequência do DL n.º 165/2014, de 5 de novembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 21/2016 e tendo em conta o explanado infra, e tendo também em conta que, apesar das edificações existentes e/ou ampliações ilegais ou previstas foram ou serão entretanto sujeitas a parecer favorável ou parecer favorável condicionado por parte das entidades com tutela regimental sobre as categorias de solo, em sede de Conferências Decisórias, ou ainda que são abrangidas por declaração ministerial de interesse público ao abrigo do artigo 25.º do regime da RAN, é obrigatória a alteração, neste caso, do PDM, para que o seu licenciamento ao abrigo do RJUE seja possível, sem violação do PMOT, apesar de considerar-mos uma contradição/dificultação/burocratização de um processo que parecia querer-se célere.

Salienta-se que, caso esta alteração do PDM não seja realizada, as unidades que se encontram nesta situação terão obrigatoriamente que ser encerradas, findo o prazo de 2 anos, após a entrada no pedido.

Por outro lado, para estas unidades, cuja legalização, regularização e/ou ampliação se pretende viabilizar, foi também declarado o Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considera-se que esta alteração poderá ser eventualmente realizada pelos serviços técnicos municipais, se for permitida a colaboração de vários intervenientes, também de outros setores, prevendo-se um prazo de 6 meses, dependendo da celeridade dos pareceres das entidades que se devem pronunciar.

Julgo também que deve ser considerado como objetivo, para além dos três abaixo elencados, o evitar a fuga de empresas, de população ativa, o evitar avultados prejuízos de várias ordens e o minimizar o empobrecimento de um município já muito carenciado.

Considera-se igualmente que nos termos abaixo expostos, e tendo em conta que se tratam de entidades com responsabilidade ambiental, poderá ser dispensada a AAE.

Deliberando a Câmara Municipal do Bombarral, em reunião pública de câmara, **desencadear o procedimento de elaboração da 6.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal do Bombarral**, deverá **definir os Termos de Referência**, que poderão ser os propostos nas presentes informações, deverá **definir o prazo de elaboração**, deverá **deliberar se será elaborada por equipa interna ou externa** e ainda, deverá **deliberar a abertura de um período de participação pública**, pelo prazo mínimo de 15 dias, a publicar nos termos da lei.

Márcia Monteiro de Carvalho

INFORMAÇÃO:

N.º 3/2017/DOPA/SAPGU

ASSUNTO:

Proposta de Alteração ao Plano Diretor Municipal do Bombarral  
6.ª Alteração



## *Município de Bombarral*

### **Introdução**

A impossibilidade de regularização, reestruturação, modernização ou expansão de algumas empresas instaladas no território do Município do Bombarral constitui uma ameaça à economia local, com reflexos diretos no emprego. Muitas destas empresas já se encontravam instaladas à data da publicação do Plano Diretor Municipal do Bombarral (PDMB) – 1997 - mas as ferramentas disponíveis na altura para a elaboração dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) permitiram alguns lapsos que constituem atualmente, e até à data da publicação da revisão dos mesmos, um constrangimento ao regular desenvolvimento das suas atividades. Porém, apesar de já ter sido iniciado o processo de revisão do PDMB, receia-se que a data estimada para a sua conclusão não seja compatível com as expectativas das empresas envolvidas, forçando-as a procurar alternativas territoriais para o desenvolvimento da sua atividade, face às exigências da legislação vigente em matéria de licenciamento industrial e de ordenamento do território.

Salienta-se o fato de que a regularização destas empresas, se enquadrar no DL n.º 165/2014, de 5 de novembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 21/2016, o qual vem estabelecer, com caráter extraordinário, o regime de regularização de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos, explorações de pedreiras e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente, anexos e centrais de frio.

Neste sentido, e em cumprimento do n.º 1 do art.º 12.º do citado diploma legal que estabelece que as entidades competentes devem promover a alteração, revisão ou elaboração dos instrumentos de gestão territorial, **propõe-se que seja desencadeado um conjunto restrito de alterações ao PDMB, com um consequente processo de reclassificação do solo.** As situações em causa não foram consideradas no âmbito da alteração já efetuada – Eixo Economia / Emprego - publicada em Diário da República através do Aviso n.º 14901/2015, de 15 de outubro (5.ª Alteração do PDMB).

Nesta proposta de alteração ao PDMB serão contemplados dois pressupostos:

- Pressuposto Económico - Os efeitos da alteração ao PDMB incidirão em unidades empresariais já instaladas no Município. Com efeito, o enfoque e a importância estratégica desta alteração ao PDMB centram-se no incentivo e no enquadramento das dinâmicas do tecido empresarial, na modernização e no reforço das suas capacidades competitivas;
- Pressuposto Ambiental - O processo de reclassificação de solo proposto contende com algumas restrições de utilidade pública, nomeadamente, com a Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou a Reserva Ecológica Nacional (REN), pelo que paralelamente à alteração do PDM terá de ser desencadeado um processo de alteração às cartas da RAN e REN em vigor, embora se traduza numa desafetação pouco significativa de áreas abrangidas por estas restrições.

### **Oportunidade**

A alteração que se propõe foi suscitada, por um lado, pela existência de dinâmicas económicas empreendedoras locais e, por outro, pela incapacidade do PDMB vigente (publicado e ratificado em 1997 e em processo de revisão) em permitir desenvolver a reestruturação e ampliação desses espaços empresariais.

A alteração proposta traduz apenas a adaptação da figura do Plano Diretor Municipal a esta nova realidade, tendo em vista acolher e potenciar uma oportunidade de desenvolvimento e de criação de novas dinâmicas. A solução proposta implica uma reclassificação do solo que permita enquadrar no PDMB, a curto prazo, um conjunto de unidades empresariais existentes no Município.

Esta proposta prossegue os seguintes Objetivos Estratégicos/Termos de Referência:

- Objetivo 1 - Enquadrar urbanisticamente um conjunto de atividades económicas existentes e em processos de modernização;



## *Município de Bombarral*

- Objetivo 2 - Modernizar e tornar mais competitivo o tecido empresarial local;
- Objetivo 3 - Promover e apoiar a dinâmica empresarial e a criação de emprego à escala local;

### **Enquadramento Legal**

A alteração parcial do PDMB em epígrafe enquadra-se no disposto da alínea a) no n.º 2 do art.º 115.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Este preceituado legal determina que a alteração dos IGT pode decorrer "da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais subjacentes e que fundamentam as opções definidas no programa ou no plano."

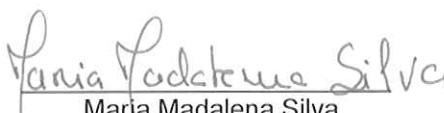
### **Sujeição desta proposta de alteração a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**

Considerando a exígua dimensão territorial global das áreas abrangidas pela alteração ao PDMB, o facto de se tratarem de unidades existentes, instaladas e em processo de modernização e consolidação competitiva, o facto de serem unidades cuja legalização, regularização e/ou ampliação são sujeitas a parecer favorável ou parecer favorável condicionado das entidades consultadas e dados os objetivos estratégicos definidos, considera-se que não é aplicável a AAE neste caso, de acordo com o que dispõe o n.º 1 do art.º 120.º do D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com o n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual.

À consideração superior.

Bombarral, 06 de janeiro de 2017

P'O Coordenador Técnico da Secção Administrativa de Obras Particulares

  
Maria Madalena Silva



